

14º Seminário Nacional Sociologia & Política
Saberes em Confluência
GT 03 – Trabalho e Ação Coletiva no Século XXI

"Tudo em prol da agremiação"... o trabalho da produção de sambas-enredo nas escolas
de samba do Rio de Janeiro

Bernardo Seixas Pilotto¹

INTRODUÇÃO

O carnaval carioca é frequentemente apresentado como um dos principais símbolos da identidade nacional brasileira, associado à ideia de criatividade popular, alegria e suspensão das hierarquias sociais². No entanto, essa representação tende a invisibilizar um aspecto fundamental dessa manifestação: o conjunto de relações de trabalho que sustentam sua existência. Muito além de um evento festivo circunscrito a poucos dias do calendário, o carnaval deve ser compreendido como uma forma social complexa, que articula dimensões culturais, econômicas, políticas e simbólicas. Trata-se de uma manifestação historicamente construída, que envolve práticas coletivas, disputas de sentido e formas específicas de organização do trabalho. Nesse sentido, o carnaval não pode ser reduzido a espetáculo ou

¹Mestre em Saúde Coletiva/Unifesp, Doutorando no PPGSS/UERJ, bolsista CAPES, bernardopilotto@gmail.com

² A interpretação do carnaval como momento de suspensão das hierarquias sociais é amplamente difundida na literatura antropológica brasileira, especialmente a partir das análises de Roberto DaMatta. Para o autor, o carnaval configura-se como um ritual em que as estruturas sociais cotidianas são temporariamente invertidas ou flexibilizadas, permitindo a expressão de papéis, comportamentos e identidades que, em condições ordinárias, seriam limitados. No entanto, essa suspensão não implica a dissolução das hierarquias, mas sim sua reatualização simbólica, uma vez que tais inversões ocorrem dentro de limites socialmente estabelecidos. Nesse sentido, o carnaval opera simultaneamente como espaço de crítica e de reprodução da ordem social (Damatta, 1979)

entretenimento, mas deve ser analisado como um sistema social que mobiliza saberes, territórios, identidades e relações de poder.

No contexto brasileiro, e particularmente no Rio de Janeiro, o carnaval se estrutura como uma verdadeira cadeia produtiva, que se desenvolve ao longo de todo o ano e envolve milhares de trabalhadores em diferentes etapas e funções. Desde a elaboração de enredos, passando pela composição de sambas, confecção de fantasias, construção de alegorias, ensaios técnicos e organização de eventos, até a realização do desfile propriamente dito, observa-se a existência de um circuito contínuo de trabalho que sustenta a realização da festa.

Essa cadeia produtiva não se organiza apenas a partir de critérios econômicos formais, mas também por meio de redes de sociabilidade, pertencimento e cooperação, muitas vezes enraizadas em territórios populares e historicamente vinculadas à população negra. Como destacam Luiz Antonio Simas e Nei Lopes (2015), o carnaval deve ser entendido como um fenômeno que combina festa, expressão estética e organização coletiva, sendo atravessado por contradições que refletem a própria formação social brasileira.

Entre os diversos processos que compõem essa cadeia, a produção de sambas-enredo ocupa um lugar central. Responsáveis por sintetizar musicalmente o enredo das escolas de samba, esses sambas são resultado de um processo competitivo que envolve múltiplos agentes, investimentos financeiros significativos e intensas disputas internas. Apesar disso, tal atividade (a composição dos sambas-enredo) raramente é reconhecida como trabalho, sendo frequentemente compreendida como expressão espontânea ou vocacional.

Este trabalho parte da hipótese de que a produção de sambas-enredo deve ser compreendida como uma forma específica de trabalho no capitalismo contemporâneo, marcada por processos de precarização, informalidade e individualização. Ao mesmo tempo, argumenta-se que esse trabalho está profundamente enraizado na formação social brasileira, sendo atravessado pela questão racial e pelas condições históricas de inserção da população negra no mundo do trabalho.

Para desenvolver essa análise, o texto mobiliza a categoria trabalho a partir da tradição marxista, compreendendo-a como elemento estruturante das relações sociais. Em diálogo com essa perspectiva, recorre-se às contribuições de Ricardo Antunes, que analisa as metamorfoses do trabalho no capitalismo contemporâneo, e de David Harvey, que identifica a emergência de

um regime de acumulação flexível como resposta às crises do capitalismo a partir da década de 1970.

Ao mesmo tempo, incorpora-se a perspectiva de Clóvis Moura, para quem a formação do mercado de trabalho brasileiro está intrinsecamente ligada à história da escravidão e à marginalização da população negra no período pós-abolição. Essa articulação permite compreender a precarização contemporânea não como fenômeno recente, mas como continuidade de processos históricos mais amplos.

DESENVOLVIMENTO

No interior da crítica da economia política, Marx (2017) identifica o trabalho como a substância do valor, isto é, como aquilo que confere às mercadorias sua dimensão socialmente reconhecida. No capitalismo, o trabalho assume uma forma específica: ele se torna trabalho abstrato, mensurado pelo tempo socialmente necessário para a produção de mercadorias. Essa abstração permite que diferentes atividades sejam comparadas e trocadas no mercado, subordinando a diversidade das práticas humanas à lógica da valorização do capital.

Essa dinâmica implica uma transformação profunda do sentido do trabalho. Se, em sua dimensão concreta, o trabalho está relacionado à produção de valores de uso, na sociedade capitalista ele é subordinado à produção de valor de troca. O resultado é a redução do trabalhador a portador de força de trabalho, cuja principal função é gerar mais-valia para o capital.

Ao longo do século XX, essa lógica assumiu formas relativamente estáveis no contexto do fordismo³, caracterizado pela produção em massa, pela padronização dos processos produtivos e por uma relativa estabilidade das relações de trabalho. No entanto, a

³ O fordismo pode ser compreendido como um regime de organização da produção e do trabalho que se consolidou ao longo do século XX, especialmente nos países centrais do capitalismo, tendo como base a produção em massa padronizada, a divisão rígida das tarefas e a incorporação de tecnologias voltadas à intensificação do ritmo produtivo, como a linha de montagem. Esse modelo esteve associado a um determinado pacto social, no qual a ampliação da produtividade permitia, em certos contextos, a elevação dos salários e a expansão do consumo de massa, ao mesmo tempo em que se estruturavam formas relativamente estáveis de emprego e proteção social. Segundo Ricardo Antunes, esse período correspondeu a uma fase específica do capitalismo em que o trabalho assalariado industrial ocupava posição central, sendo posteriormente desestruturado com a crise dos anos 1970, que abriu caminho para formas mais flexíveis e precarizadas de organização do trabalho (Antunes, 2009)

crise desse modelo, a partir da década de 1970, levou à emergência de novas formas de organização produtiva.

Segundo David Harvey (1992), esse período marca a transição para um regime de acumulação flexível, no qual a produção se torna mais descentralizada, adaptável e orientada pela lógica da competitividade global. Essa transformação implica a flexibilização das relações de trabalho, a intensificação da exploração e a ampliação da instabilidade.

No mesmo sentido, Ricardo Antunes (2009) aponta para a constituição de uma nova morfologia do trabalho, caracterizada pela fragmentação, pela heterogeneidade e pela precarização. Nesse cenário, formas de trabalho informal, intermitente e autônomo tornam-se cada vez mais comuns, desafiando as formas tradicionais de organização coletiva e de proteção social.

A compreensão dessas transformações no contexto brasileiro exige considerar a centralidade da questão racial. Diferentemente de outras formações sociais, o Brasil estruturou seu desenvolvimento econômico a partir do trabalho escravizado⁴, o que teve impactos duradouros sobre a organização do mercado de trabalho.

Como argumenta Clóvis Moura (1988), a abolição da escravidão não foi acompanhada por políticas públicas capazes de integrar a população negra à sociedade. Ao contrário, esse processo foi marcado pela exclusão, pela criminalização e pela marginalização dos trabalhadores negros, que passaram a ocupar, majoritariamente, posições precárias e informais. Para o autor, a abolição representou antes uma reconfiguração das formas de exploração do que uma ruptura efetiva com a ordem social escravista, uma vez que a estrutura econômica e as hierarquias raciais foram mantidas sob novas bases.

Ao contrário de garantir políticas públicas para a população negra, o Estado brasileiro buscou a substituição dessa mão de obra optando pela atração de imigrantes europeus, em um movimento que combinava interesses econômicos e projetos raciais mais amplos. Essa

⁴ A centralidade da questão racial na formação do mercado de trabalho brasileiro está diretamente vinculada ao papel estruturante da escravidão no desenvolvimento econômico do país. Conforme argumenta Jacob Gorender, o escravismo colonial constituiu um modo de produção específico, articulado ao processo de acumulação capitalista em escala mundial, baseado na exploração sistemática da força de trabalho negra. A abolição desse sistema não implicou a integração dos ex-escravizados ao mercado de trabalho em condições de igualdade, mas sim sua marginalização, dada a ausência de políticas públicas e a permanência de mecanismos de exclusão social. Esse processo contribuiu para a formação de um mercado de trabalho profundamente desigual, no qual a população negra passou a ocupar, majoritariamente, posições precárias e desprotegidas (Gorender, 2016)

política não se limitava à necessidade de suprir a demanda por trabalhadores livres, mas estava diretamente associada à ideologia do branqueamento, amplamente difundida entre as elites intelectuais e políticas do período.

Nesse contexto, a incorporação de trabalhadores europeus ao mercado de trabalho brasileiro ocorreu em condições significativamente mais favoráveis do que aquelas destinadas à população negra recém-liberta, que permaneceu à margem das políticas de incentivo e apoio estatal. Como analisa Michael G. Hanchard (2001), a construção do mercado de trabalho no Brasil esteve profundamente marcada por processos de racialização, nos quais o acesso a determinadas ocupações, direitos e oportunidades foi mediado por critérios raciais. A preferência por trabalhadores brancos não apenas reorganizou a estrutura produtiva, mas também contribuiu para consolidar hierarquias sociais que associavam branquitude a progresso, disciplina e civilização, em oposição à estigmatização da população negra.

Essa dinâmica tem efeitos duradouros até hoje, contribuindo para a consolidação de uma divisão racial do trabalho que relegou a população negra a setores mais precarizados da economia, frequentemente associados à informalidade, aos baixos salários e à instabilidade. Ao mesmo tempo, reforçou-se a ideia de que a exclusão dos trabalhadores negros não era resultado de um processo histórico de desigualdade, mas sim de uma suposta inadequação às exigências do trabalho livre, argumento que serviu para legitimar políticas de marginalização.

Dessa forma, a política de incentivo à imigração europeia deve ser compreendida não apenas como uma estratégia econômica, mas como parte de um projeto de reconfiguração racial da sociedade brasileira, no qual a transição do trabalho escravizado para o trabalho livre se deu de maneira profundamente desigual. Essa leitura reforça a interpretação de que a abolição não significou a superação das hierarquias raciais, mas sua rearticulação no interior de um novo regime de exploração do trabalho.

Por sua vez, ao analisar a sociedade brasileira ao longo do século XX, Moura (1988) destaca que a marginalização da população negra não se deu apenas como resultado de uma ausência de políticas, mas como parte constitutiva do próprio desenvolvimento capitalista no país. A formação de um mercado de trabalho assalariado ocorreu de maneira seletiva, privilegiando determinados segmentos — em especial trabalhadores imigrantes europeus — enquanto relegava a população negra a formas de inserção marcadas pela instabilidade, pela baixa remuneração e pela informalidade. Esse processo consolidou uma divisão racial do

trabalho, na qual negros e negras passaram a compor, em larga medida, aquilo que o autor identifica como um contingente estruturalmente marginalizado.

Para Clóvis Moura, o capitalismo no Brasil se desenvolveu incorporando e reproduzindo desigualdades raciais, fazendo com que a exclusão da população negra não fosse um desvio, mas um elemento funcional à dinâmica de acumulação. A persistência de elevados níveis de informalidade, subemprego e precarização entre trabalhadores negros ao longo do século XX evidencia a continuidade desse padrão.

Além disso, Moura chama atenção para o papel do Estado na manutenção dessa ordem, seja por meio da repressão direta às formas de organização da população negra, seja pela ausência deliberada de políticas de inclusão social. A criminalização de práticas culturais, a perseguição a territórios negros e a própria estrutura do mercado de trabalho contribuíram para limitar as possibilidades de mobilidade social, reforçando a posição subordinada desses grupos.

Dessa forma, a análise de Moura permite compreender que a precarização do trabalho no Brasil possui raízes históricas profundamente vinculadas à questão racial. Longe de ser um fenômeno recente, ela se inscreve em uma trajetória de longa duração, na qual a população negra é sistematicamente empurrada para as posições mais vulneráveis da estrutura social. Essa perspectiva é fundamental para a compreensão do trabalho nas escolas de samba, uma vez que evidencia como práticas culturais historicamente vinculadas à população negra se desenvolvem em um contexto marcado por desigualdades estruturais e pela persistência de formas precarizadas de inserção no mundo do trabalho.

A promulgação da chamada Lei da Vadiagem⁵, no final do século XIX, é um dos exemplos desse processo, ao criminalizar aqueles que não estavam inseridos em formas de trabalho reconhecidas pelo Estado. Na prática, essa legislação foi utilizada para reprimir

⁵ A chamada “Lei da Vadiagem” refere-se ao artigo 399 do Código Penal de 1890, que tipificava como crime a ausência de ocupação considerada lícita, permitindo a prisão de indivíduos que não comprovassem meios de subsistência reconhecidos pelo Estado. Embora formulada em termos aparentemente gerais, sua aplicação incidiu de maneira desproporcional sobre a população negra no período pós-abolição, funcionando como instrumento de controle social e repressão às formas de vida e trabalho não inseridas no mercado formal. Como indicam estudos sobre o tema, a legislação foi amplamente utilizada para criminalizar práticas culturais afro-brasileiras, como o samba e a capoeira, além de justificar a vigilância e a prisão de trabalhadores informais, consolidando um mecanismo jurídico de continuidade da marginalização social dos ex-escravizados (Lopes; Simas, 2015; Oliveira; Paulino, 2020).

manifestações culturais afro-brasileiras e controlar a circulação da população negra nas cidades.

Diante desse cenário, a população negra desenvolveu estratégias próprias de sobrevivência e organização, baseadas em redes de solidariedade, práticas culturais e formas associativas. É nesse contexto que emergem as escolas de samba, como espaços de articulação coletiva que combinam cultura, trabalho e resistência.

As escolas de samba são fundadas, na década de 1920, como resultado de um longo processo de organização da população negra no espaço urbano do Rio de Janeiro. Mais do que simples agremiações carnavalescas, elas constituem formas sociais complexas, que articulam dimensões culturais, políticas e econômicas. É necessário situá-las em uma tradição mais ampla de associativismo negro que remonta, ao menos, ao período escravista e se reconfigura ao longo do pós-abolição.

Ainda no contexto da escravidão, a população negra desenvolveu formas próprias de organização coletiva, muitas vezes à margem ou em tensão com as instituições oficiais. As irmandades religiosas, por exemplo, constituíram espaços fundamentais de sociabilidade, nos quais escravizados e libertos podiam construir redes de solidariedade, garantir auxílio mútuo e preservar práticas culturais. Embora formalmente vinculadas à Igreja Católica, essas associações foram apropriadas pela população negra como instrumentos de organização e proteção coletiva.

No século XIX, especialmente a partir da segunda metade, observa-se a expansão de sociedades mutualistas e outras formas associativas que tinham como objetivo prestar assistência a seus membros, incluindo cuidados com doenças, auxílio a viúvas e organização de funerais, além da formação de fundos para a compra de alforrias. Como destaca Marcelo Badaró Mattos (2024), essas experiências devem ser compreendidas como formas de organização da classe trabalhadora negra em um contexto de profundas restrições legais e sociais, revelando a capacidade de construção de solidariedades mesmo sob condições adversas. Tais associações, muitas vezes compostas por escravizados e libertos, desafiavam as tentativas do Estado de restringir a organização coletiva desses grupos, sendo frequentemente alvo de desconfiança e repressão.

No período pós-abolição, essas práticas associativas não apenas persistiram, como se transformaram diante das novas condições impostas pela exclusão social e pela ausência de

políticas públicas. A população negra, marginalizada do mercado de trabalho formal e submetida a mecanismos de controle como a Lei da Vadiagem, encontrou na organização coletiva uma estratégia fundamental de sobrevivência e afirmação. Nesse contexto, manifestações culturais como o samba, as maltas de capoeira e as festas religiosas afro-brasileiras passaram a desempenhar papel central na construção de redes de sociabilidade e pertencimento.

É nesse processo que se inscreve o surgimento das escolas de samba. Longe de representarem uma ruptura, elas podem ser compreendidas como desdobramentos dessas formas anteriores de organização, incorporando elementos do associativismo negro e adaptando-os às condições urbanas do início do século XX. Ao mesmo tempo em que estruturavam desfiles carnavalescos, essas agremiações funcionavam como espaços de encontro, articulação política e produção de identidades coletivas.

Assim, as escolas de samba devem ser entendidas como resultado dessa trajetória histórica de organização da população negra, na qual cultura, trabalho e política se entrelaçam. Elas não apenas expressam práticas culturais, mas também constituem formas de ação coletiva que desafiam, ainda que de maneira contraditória, as condições de marginalização impostas pela sociedade brasileira.

Autores como Muniz Sodré (1998), Luiz Antonio Simas e Nei Lopes (2015) destacam que o samba deve ser compreendido como uma forma de conhecimento e de organização da vida social, profundamente enraizada na experiência histórica da população negra.

Nesse sentido, as escolas de samba funcionam como espaços de produção de coletividades, nos quais se constroem identidades, redes de solidariedade e formas de pertencimento. A cultura produzida no interior dessas agremiações não pode ser reduzida à dimensão estética ou festiva, devendo ser compreendida como prática social enraizada em experiências históricas de exclusão, resistência e reinvenção. Ao mesmo tempo, constituem espaços de trabalho, ainda que esse trabalho nem sempre seja reconhecido como tal.

Como argumenta Muniz Sodré (1998), as formas culturais afro-brasileiras operam a partir de uma lógica própria, que não se subordina integralmente aos códigos da racionalidade ocidental dominante. No caso do samba, essa lógica se manifesta na centralidade do corpo, da oralidade, da musicalidade e da coletividade, configurando o que o autor identifica como um modo de organização social que articula dimensões simbólicas e materiais da vida. As escolas

de samba, nesse sentido, podem ser compreendidas como espaços de produção de sociabilidade e de sentido, nos quais se elaboram formas específicas de estar no mundo, atravessadas por memórias da diáspora africana e pelas condições concretas da vida urbana.

Em diálogo com essa perspectiva, Luiz Antonio Simas (2019) enfatiza o caráter insurgente dessas práticas culturais, destacando que o universo do samba deve ser entendido como parte das chamadas “culturas de festa”, isto é, formas de criação que emergem nos interstícios de uma ordem social excludente. Para o autor, as escolas de samba são espaços onde se produzem saberes, valores e formas de organização que escapam — ainda que parcialmente — às lógicas hegemônicas, afirmando modos de vida ancorados na coletividade, na festa e na partilha.

A produção de sambas-enredo constitui um dos momentos mais significativos da dinâmica interna das escolas de samba. Organizada a partir de disputas, essa atividade envolve a participação de múltiplos agentes e mobiliza recursos materiais e simbólicos consideráveis. Longe de se restringir ao ato da composição musical, trata-se de um processo complexo, que articula diferentes etapas, funções e formas de trabalho, configurando uma verdadeira cadeia produtiva no interior das agremiações.

Como evidenciado na trajetória histórica do samba-enredo, o processo de escolha do samba que será levado para a avenida se consolidou como um momento central da vida das escolas, reunindo compositores, intérpretes, músicos, dirigentes, segmentos e membros da comunidade em torno de uma disputa que ultrapassa a dimensão estritamente artística. Cada parceria inscrita no concurso mobiliza uma estrutura própria, que envolve desde a elaboração da obra — frequentemente realizada de forma coletiva — até a organização de sua apresentação e defesa nas etapas eliminatórias.

Nesse contexto, a produção do samba-enredo deve ser compreendida como um trabalho coletivo e multifacetado. Para além dos compositores, participam desse processo músicos responsáveis pela execução das obras, cantores que interpretam os sambas nas quadras, profissionais envolvidos na gravação em estúdio, equipes responsáveis pela produção de materiais de divulgação, além de articuladores que organizam torcidas e estabelecem relações com diferentes segmentos da escola. Trata-se, portanto, de uma rede ampliada de trabalho, na qual diferentes funções são desempenhadas de maneira muitas vezes informal e sem garantias de remuneração.

A dinâmica das disputas também implica a mobilização de recursos financeiros significativos. As parcerias investem na gravação de seus sambas, na produção de clipes, na impressão de materiais gráficos e na organização de eventos e estratégias de mobilização dentro da quadra. Em muitos casos, esses investimentos incluem a contratação de intérpretes experientes, a oferta de alimentos e bebidas para apoiadores e a criação de elementos visuais e performáticos⁶ que contribuam para a adesão do público e dos julgadores. Esse conjunto de práticas evidencia que a disputa de samba-enredo se configura como um processo altamente competitivo, no qual o sucesso depende não apenas da qualidade estética da obra, mas também da capacidade de mobilização e investimento das parcerias.

Além disso, observa-se que a própria composição das parcerias se transforma em função dessas exigências. O aumento dos custos e da complexidade do processo leva à ampliação do número de participantes em cada parceria, incluindo não apenas compositores, mas também indivíduos que contribuem financeiramente ou desempenham funções estratégicas na condução da campanha. Dessa forma, a autoria do samba-enredo passa a refletir não apenas um processo criativo, mas também uma forma de organização do trabalho que articula diferentes competências e recursos.

Essa dinâmica revela que a produção de sambas-enredo está inserida em uma lógica de trabalho marcada pela informalidade, pela divisão de tarefas e pela transferência de riscos aos próprios trabalhadores. As parcerias assumem os custos de sua participação sem qualquer garantia de retorno, uma vez que apenas um samba será escolhido. Os demais, apesar de todo o investimento realizado, não recebem compensação financeira⁷, evidenciando um modelo no qual o risco é socializado entre os participantes, enquanto os possíveis ganhos se concentram de forma restrita.

Dessa forma, a disputa de samba-enredo pode ser compreendida como um espaço para observar as transformações contemporâneas do mundo do trabalho, especialmente no que diz respeito à expansão de formas de trabalho baseadas no autofinanciamento, na competição e na

⁶ Os elementos visuais e performáticos são diversos e incluem balão de festa caindo do teto da quadra da escola de samba, camisetas, fogos de artifício, pessoas fantasiadas com elementos do enredo, canhão de papel picado, entre outros.

⁷ A regra é não haver compensação mas há exceções. Nas disputas para o carnaval de 2025 e 2026, o Acadêmicos do Salgueiro, por exemplo, deu um prêmio no valor de R\$50.000,00 para as demais parcerias que chegaram na final da escolha de samba e não foram vitoriosas.

precarização⁸. Ao mesmo tempo, ela mantém elementos de sociabilidade e pertencimento que a conectam à tradição histórica das escolas de samba, evidenciando o caráter contraditório desse processo, no qual dimensões culturais e econômicas se entrelaçam de maneira indissociável.

Esse modelo transfere quase que integralmente os riscos para os trabalhadores, que passam a atuar como financiadores de sua própria atividade. Ao mesmo tempo, intensifica a competição entre as parcerias, fragmentando possíveis formas de organização coletiva.

A lógica que estrutura essas disputas aproxima-se daquilo que tem sido caracterizado como empreendedorismo de si⁹, no qual os indivíduos são responsabilizados por sua própria inserção no mercado. No entanto, essa aparente autonomia oculta relações estruturais de desigualdade, nas quais os trabalhadores assumem riscos elevados em troca de possibilidades incertas de reconhecimento e remuneração.

Além disso, a produção de sambas-enredo envolve uma ampla rede de trabalho informal, que inclui músicos, técnicos de som, produtores, organizadores de torcida e diversos outros agentes. Essa rede evidencia a existência de uma cadeia produtiva complexa, marcada pela ausência de regulamentação e pela precariedade das condições de trabalho.

CONCLUSÃO

⁸ Dinâmicas semelhantes podem ser observadas em outros segmentos do mundo do trabalho contemporâneo, especialmente aqueles vinculados à chamada economia de serviços e às indústrias culturais. Conforme analisa Ricardo Antunes, a reestruturação produtiva das últimas décadas tem ampliado formas de trabalho marcadas pela informalidade, pelo autofinanciamento e pela transferência de riscos aos próprios trabalhadores. Exemplos disso incluem o trabalho de motoristas e entregadores por aplicativos, artistas independentes que arcam com os custos de produção e divulgação de suas obras, trabalhadores do audiovisual que operam por projeto e sem vínculos estáveis, bem como profissionais da economia criativa em geral. Em todos esses casos, observa-se a presença de um modelo no qual os indivíduos são levados a investir recursos próprios, assumir riscos elevados e competir entre si por oportunidades limitadas, muitas vezes sem garantias de remuneração ou proteção social, configurando aquilo que o autor identifica como uma das marcas centrais da nova morfologia do trabalho no capitalismo contemporâneo (Antunes, 2018).

⁹ A noção de “empreendedorismo de si” refere-se a uma forma específica de subjetivação associada ao neoliberalismo, na qual os indivíduos passam a ser incentivados a se perceber e a se gerir como empresas de si mesmos. Nesse modelo, responsabilidades tradicionalmente atribuídas a estruturas coletivas — como estabilidade no emprego, proteção social e garantia de renda — são deslocadas para o plano individual, cabendo ao próprio trabalhador investir em sua formação, assumir riscos e gerir sua trajetória profissional. Como aponta Ricardo Antunes, esse processo está diretamente relacionado à expansão de formas de trabalho precarizadas, nas quais a aparente autonomia do trabalhador oculta a intensificação da exploração e a transferência de custos e inseguranças para o indivíduo. Assim, o empreendedorismo de si opera como um mecanismo ideológico que naturaliza a instabilidade e a competição, ao mesmo tempo em que dificulta a construção de formas coletivas de organização e resistência no mundo do trabalho contemporâneo (Antunes, 2018).

A análise desenvolvida neste trabalho permite evidenciar que a produção de sambas-enredo constitui uma forma de trabalho que expressa, de maneira particularmente intensa, as transformações contemporâneas do capitalismo. Marcada pela informalidade, pela competição e pela transferência de riscos, essa atividade revela mais um elemento da centralidade da precarização no mundo do trabalho atual.

Ao mesmo tempo, a articulação com a questão racial evidencia que essas transformações não podem ser compreendidas de forma isolada, sendo parte de um processo histórico mais amplo, marcado pela marginalização da população negra no Brasil. Nesse sentido, o trabalho no carnaval aparece como um campo privilegiado para a análise das relações entre trabalho, cultura e raça.

Essa perspectiva permite evidenciar que a precarização observada na produção de sambas-enredo não é apenas resultado das transformações recentes do capitalismo, mas também da histórica desvalorização do trabalho em cultura no país. No Brasil, atividades vinculadas à cultura — especialmente aquelas associadas às camadas populares — são frequentemente percebidas como expressão de vocação, talento ou paixão, e não como trabalho propriamente dito. Essa leitura contribui para a naturalização de condições precárias de inserção, nas quais a ausência de remuneração adequada, de direitos trabalhistas e de reconhecimento social tende a ser justificada pela ideia de que tais atividades seriam movidas apenas por prazer ou pertencimento.

Essa desvalorização, no entanto, não se distribui de maneira homogênea. Quando se trata de práticas culturais oriundas da população negra, como o samba e o próprio carnaval, ela se intensifica e adquire contornos específicos. Como já apresentamos acima, as análises de Clóvis Moura (1988) mostram que a estrutura social brasileira foi historicamente organizada de modo a relegar a população negra às posições mais precarizadas do mercado de trabalho, processo que também se manifesta no campo da cultura. Ao mesmo tempo em que essas expressões são apropriadas como símbolos da identidade nacional, seus produtores permanecem, em grande medida, à margem dos benefícios econômicos e do reconhecimento institucional decorrentes dessa valorização simbólica.

Nesse sentido, as reflexões de Nei Lopes sobre a “utopia da ascensão social do sambista” são particularmente elucidativas. Para o autor, consolidou-se, ao longo do século

XX, a ideia de que o samba poderia funcionar como um meio de mobilidade social para seus praticantes, projetando a figura do sambista como alguém que, por meio de seu talento, poderia alcançar reconhecimento, estabilidade financeira e inserção social.

Entretanto, essa promessa de ascensão revela-se, em grande medida, ilusória. Lopes demonstra que, embora alguns casos individuais de sucesso tenham sido amplamente divulgados, eles não representam a realidade da maioria dos sambistas, que permanecem inseridos em condições de trabalho marcadas pela instabilidade, pela baixa remuneração e pela ausência de direitos. A construção dessa narrativa de sucesso individual opera, assim, como um mecanismo ideológico que obscurece as condições estruturais de exploração, deslocando para o plano do mérito individual aquilo que, na verdade, é determinado por relações sociais desiguais.

Essa contradição revela um traço fundamental da formação social brasileira: a coexistência entre a valorização da cultura negra como elemento de construção da “brasilidade”¹⁰ e a desvalorização concreta do trabalho realizado por sujeitos negros. Como observa Muniz Sodré (1998), a incorporação das manifestações afro-brasileiras aos circuitos midiáticos e mercantis frequentemente se dá por meio de processos de enquadramento que esvaziam sua dimensão política e histórica, convertendo-as em produtos consumíveis sem que se alterem as condições estruturais de desigualdade que marcam sua produção.

No caso das escolas de samba, essa dinâmica se expressa de forma particularmente evidente. Embora ocupem posição central na economia simbólica do país e mobilizem volumes significativos de recursos, os trabalhadores envolvidos em sua produção — incluindo os compositores de samba-enredo — permanecem inseridos, em grande medida, em relações de trabalho marcadas pela informalidade e pela instabilidade. A naturalização dessa condição é reforçada por discursos que enfatizam o caráter “apaixonado” ou “comunitário” da

¹⁰ O termo “brasilidade” refere-se ao conjunto de representações, valores e símbolos mobilizados para definir uma suposta identidade nacional brasileira. Longe de constituir uma essência fixa, trata-se de uma construção histórica, produzida por diferentes agentes — intelectuais, Estado, mídia e indústria cultural — em contextos específicos. Como indicam análises clássicas da formação da identidade nacional, essa ideia frequentemente se organiza a partir da valorização de elementos culturais associados à mestiçagem, à festa e à convivência entre diferenças. No entanto, autores como Muniz Sodré (1998) chamam atenção para o caráter seletivo e ambíguo dessa construção, na medida em que manifestações culturais de matriz africana são incorporadas como símbolos da nação ao mesmo tempo em que seus produtores permanecem socialmente marginalizados. Nesse sentido, a noção de brasilidade pode operar tanto como reconhecimento cultural quanto como mecanismo de apagamento das desigualdades raciais e sociais que estruturam a sociedade brasileira.

participação nas escolas, obscurecendo o fato de que se trata de trabalho efetivo, que demanda tempo, investimento e qualificação.

Dessa forma, o estudo do trabalho no carnaval permite não apenas compreender as transformações contemporâneas do mundo do trabalho, mas também evidenciar como essas transformações se articulam a processos históricos de racialização e desvalorização do trabalho cultural. Ao colocar em evidência essas relações, abre-se espaço para questionar os modos pelos quais determinadas formas de trabalho são reconhecidas — ou invisibilizadas — na sociedade brasileira, bem como para problematizar as desigualdades que estruturam o campo da cultura.

Mais do que uma manifestação festiva, o carnaval revela-se, assim, como um espaço de produção social, no qual se expressam as contradições do capitalismo brasileiro. Reconhecer o trabalho que sustenta essa manifestação é um passo fundamental para compreender sua complexidade e para enfrentar as desigualdades que a atravessam.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão*. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 6ª edição. São Paulo: Expressão Popular e Perseu Abramo, 2016.

HANCHARD, Michael G. *Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945–1988)*. Rio de Janeiro: EdUERJ; UCAM, 2001.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

LOPES, Nei. *O samba na realidade: a utopia da ascensão social do sambista*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antonio. *Dicionário da história social do samba*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravizados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. 2ª Ed. São Paulo: Usina Editorial, 2024.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.

OLIVEIRA, Rosane e PAULINO, Silvia Campos. *Vadiagem e as Formas de Controle da População Negra Urbana Pós-Abolição*. Revista Direito em Movimento. Rio de Janeiro, volume 18, 2020. OLIVEIRA, Rosane e PAULINO, Silvia Campos. *Vadiagem e as Formas de Controle da População Negra Urbana Pós-Abolição*. Revista Direito em Movimento. Rio de Janeiro, volume 18, 2020.

SIMAS, Luiz Antonio. *O corpo encantado das ruas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

SODRÉ, Muniz. *Samba, o dono do corpo*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.